



O ESTADO DO PARANÁ A PARTIR DAS PEQUENAS CIDADES

The state of Paraná from small towns

El estado del Paraná a partir de las pequeñas ciudades

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes¹

RESUMO

É preciso avançar nas discussões acerca das pequenas cidades. Por isso, o objetivo principal é contribuir com o debate teórico e metodológico, por meio das abordagens quantitativa e qualitativa, acerca do conceito das pequenas cidades a partir da realidade urbana do Estado do Paraná. Os procedimentos metodológicos foram: levantamento bibliográfico e de dados demográficos dos municípios paranaenses; levantamento sobre as áreas de influência e os papéis desempenhados na rede urbana pelas pequenas cidades e elaboração de produções cartográficas e da redação final. Como resultados, as preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano pelas pequenas cidades a partir dos papéis urbanos e as políticas públicas, a imprensa e a sociedade em geral devem destacar as pequenas cidades no intuito de demonstrar sua vastidão, diversidade e até os problemas.

Palavras chaves: Geografia Urbana. Pequena Cidade. Dimensão demográfica. Rede urbana. Paraná.

ABSTRACT

It is necessary to advance in the discussions about small towns. Therefore, the main objective is to contribute to the theoretical and methodological debate, through the quantitative and qualitative approaches, about the concept of small towns from the State of Paraná urban reality. The methodological procedures were: bibliographical survey and demographic data of Paraná's municipalities, survey on the areas of influence and the roles played in the urban network by the small towns and elaboration of cartographic productions and the final writing. As a result, academic concerns need to understand the urban by small towns from the urban roles and public politics, the press and society in general should highlight the small towns in order to demonstrate their vastness, diversity and even problems

Keyword: Urban Geography. Small town. Demographic dimension. Urban network. Paraná.

RESUMEN

Es necesario avanzar en las discusiones sobre las pequeñas ciudades. Por eso, el objetivo principal es contribuir con el debate teórico y metodológico, por medio de los abordajes cuantitativo y cualitativo, acerca del concepto de las pequeñas ciudades a partir de la realidad urbana del estado del Paraná. Los procedimientos metodológicos fueron: levantamiento bibliográfico y de datos demográficos de los municipios paranaenses; el levantamiento sobre las áreas de influencia y los papeles desempeñados en la red urbana por las pequeñas ciudades y elaboración de producciones cartográficas y de la redacción final. Como resultados, las preocupaciones académicas necesitan comprender el urbano por las pequeñas ciudades a

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Endereço: Avenida Portugal, 340, Centro, CEP: 86.300-000, Cornélio Procópio (PR). E-mail: pedrofernandes@uenp.edu.br

partir de los papeles urbanos y las políticas públicas, la prensa y la sociedad en general deben destacar a las pequeñas ciudades con el fin de demostrar su vastedad, diversidad y hasta los problemas.

Palabras clave: Geografía Urbana. Pequeña ciudad. Dimensión demográfica. Red urbana. Paraná.

INTRODUÇÃO

Há uma imensa necessidade em avançar nas discussões acerca das pequenas cidades. Atualmente, como ponto positivo, tem-se difundido trabalhos acadêmicos e preocupações com esse recorte do espaço, mostrando o interesse científico em demonstrar a realidade urbana a partir das pequenas cidades. Apesar disso, como um ponto negativo, ainda existe uma grande dificuldade na conceituação de pequenas cidades, devido, sobretudo, à quantidade e à diversidade dessas localidades e à proximidade delas com o meio rural.

O urbano brasileiro não é formado apenas pelas metrópoles e pelas cidades médias e os estudos acadêmicos não devem contemplar apenas esses recortes. As preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, inserindo as pequenas cidades no debate, especialmente a partir dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede urbana.

Além da abordagem por parte da acadêmica, as políticas públicas, a imprensa e a sociedade em geral devem destacar as pequenas cidades no intuito de demonstrar sua vastidão, diversidade e, principalmente, seus problemas. Portanto, “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. (...) Trata-se, então, de reconhecer a existência das cidades menores” (ENDLICH, 2006, p. 31).

É preciso considerar, também, que as pequenas cidades não estão isoladas e fixadas na rede urbana brasileira, ou seja, elas compõem as redes geográficas e estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, já que fazem parte do modo de produção capitalista e são influenciadas – de diferentes naturezas e intensidades – pelo fenômeno da globalização, sofrendo as consequências e a perversidade desses processos. Assim, a maior parcela da população dessas pequenas cidades têm suas vidas condicionadas às decisões do capital, mesmo eles ocorrendo nas grandes metrópoles brasileiras e mundiais.

A partir da década de 1970, a urbanização brasileira estendeu-se “virtualmente ao território nacional, integrando os diversos espaços regionais à centralidade urbano-industrial que emanava de São Paulo, (...) atingindo, finalmente, as pequenas cidades” (MONTE-MÓR, 2006, p. 16). Assim, ao final daquela década, as relações capitalistas já se estendiam a todo o espaço brasileiro, inclusive o paranaense. Assim, alicerçada no modo de produção capitalista, na industrialização e na globalização, a urbanização brasileira gerou muitas consequências negativas. Nos espaços reconhecidos por pequenas cidades, o fenômeno não se materializou de maneira diferente.

Por isso, o objetivo principal deste artigo é contribuir com o debate teórico e metodológico acerca do conceito das pequenas cidades a partir da realidade urbana do Estado do Paraná. Os objetivos específicos são: apresentar a possibilidade qualitativa acerca da conceituação das pequenas cidades pelo viés quantitativo, transitar pela possibilidade qualitativa de entendimento sobre as pequenas cidades, sobretudo a partir da posição desempenhada na rede urbana e da sua área de influência e demonstrar a realidade paranaense das pequenas cidades.

Para buscar atingir tais objetivos, o artigo passou por uma série de autores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros que já discorreram ou contribuíram com a temática, como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Beatriz Ribeiro Soares, Angela Maria Endlich, Tânia Maria Fresca, Nágela Melo, Mara Bernadelli, Anete Pereira, Winston Bacelar, entre outros pesquisadores.

Os procedimentos metodológicos deste artigo foram: levantamento bibliográfico de assuntos pertinentes ao tema; levantamento de dados secundários acerca dos municípios paranaenses, sobretudo quanto ao aspecto demográfico, considerando o último censo demográfico brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010); utilização do acervo do Região de Influência das Cidades (Regic), referenciado por IBGE (2007), sobre as áreas de influência e os papéis desempenhados na rede urbana por cada pequena cidade; e, por fim, elaboração de produções cartográficas e da redação final deste artigo.

O município, dentro do contexto brasileiro, consiste na menor unidade de hierarquia na organização político-administrativa. No Brasil, a sede de cada município é reconhecida como uma cidade, sendo que ela possui, obrigatoriamente, o mesmo nome do município. Assim, cada município brasileiro tem, necessariamente, uma cidade. A quantidade de municípios no Brasil saltou de 1.574, em 1940, para 5.565, em 2010, gerando um crescimento de 254% em sete décadas.

O Estado do Paraná possui 399 municípios, representando 7,2% do total de municípios brasileiros, aparecendo atrás dos Estados de Minas Gerais (15,3%), São Paulo (11,6%), Rio Grande do Sul (8,9%) e Bahia (7,4%) – juntos representam pouco mais de 50% dos municípios brasileiros. (IBGE, 2010).

Um esforço em conceituar as pequenas cidades

A conceituação faz parte da ciência. Assim, procurou-se contribuir com o conceito de pequenas cidades, possibilitando que se avance na discussão acerca desses espaços no âmbito da Ciência Geográfica. Evidentemente, a redação se coloca como aprendiz, uma vez que o próprio conceito de cidade é incerto. No caso das pequenas cidades, o assunto se torna mais complexo, seja pela fragilidade teórica e metodológica da Geografia, seja pela própria diversidade da realidade socioespacial brasileira. Assim, acredita-se que com

pequenas contribuições, de diferentes autores e diferentes abordagens, se avançará na consolidação dessa temática, que é indispensável para a Geografia e para o urbano brasileiro.

No entendimento sobre a conceituação das pequenas cidades, o primeiro aspecto que se destaca é o quantitativo, ou seja, os patamares, mínimo e máximo, de habitantes. Evidentemente, não existe uma teorização adequada para a realidade de todos os países. Aliás, não é apenas uma questão de variedade global. Em alguns países extensos, como o Brasil, a conceituação e a classificação das pequenas cidades variam regionalmente.

Santos (1981) e Pereira (2007) acreditam que o patamar máximo para ser uma pequena cidade é de vinte mil habitantes – esse patamar é utilizado pelas estatísticas internacionais para classificar esse tipo de cidade. Bernardelli (2004) considera pequenas cidades aquelas com menos de trinta mil habitantes. Para Corrêa (1999), as cidades pequenas são aquelas que possuem cinquenta mil habitantes. Por fim, a classificação do IBGE (2000) define pequena cidade como aquelas que têm até cem mil habitantes.

A questão do patamar demográfico também é utilizada por setores além do acadêmico, como os vinculados às políticas públicas de repasses financeiros. O mais significativo é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo Mendes, Miranda e Cosio (2008, p. 30), ele é uma “transferência redistributiva, paga pela União a todos os municípios do País. (...) trata-se da segunda maior categoria de transferências”. Além disso, ele é partilhado conforme um coeficiente de participação determinado a partir da quantidade de habitantes de cada município.

Independentemente da quantidade absoluta ou do patamar relativo, utilizar apenas os dados demográficos para definir uma cidade como pequena empobrece o conceito. Assim, “aceitar um número mínimo (...) para caracterizar diferentes tipos de cidades (...) é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos” (SANTOS, 1982, p. 70). Então, as discussões numéricas devem ser norteadoras, como um primeiro passo, para o debate. Outros elementos, como “a divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nessa análise” (ENDLICH, 2006, p. 89).

Essa perspectiva qualitativa de abordagem do conceito de pequenas cidades foi abordada nos estudos de Santos (1979) a partir da terminologia de “cidades locais”. Nos seus estudos, o autor propôs entender as pequenas cidades dentro do contexto urbano, ou seja, consonantes com as cidades regionais e as metrópoles. Uma cidade local corresponde, portanto, à “aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1979, p. 71).

Melo (2008) reconhece a existência de quatro situações para as pequenas cidades: (i) as inseridas em áreas economicamente dinâmicas que conseguem atender as demandas básicas da população; (ii) as que funcionam como reservatório de mão-de-obra e são marcadas por processos migratórios, sobretudo de pessoas em idade ativa, permanecendo os idosos; (iii) as que se inserem em um contexto socioeconômico mais amplo, como as turísticas, industriais, com festividades religiosas, feiras, etc.; e, (iv) as localizadas nos entornos metropolitanos.

Assim, a caracterização de uma cidade, inclusive como pequena, está associada à sua inserção em uma determinada rede, como o estudo de Fresca (1990) na rede urbana do Oeste do Estado de São Paulo e o de Soares (2003) que contextualizou as pequenas cidades na rede urbana do cerrado, principalmente no Sudeste goiano – na região de Catalão (GO) –, no Triângulo mineiro/Alto Paranaíba – na região de Uberlândia (MG) – e no Norte de Minas Gerais – na região de Montes Claros (MG). Portanto, isso se deve ao fato delas se definirem a partir das relações internas e em função das interações externas estabelecidas com outras cidades, o que vai definir sua posição no espaço regional ou na rede urbana. (CORRÊA, 1994).

Na sequência, apresentam-se alguns estudos acerca das pequenas cidades que ajudam no entendimento do conceito e avançam em possibilidades qualitativas acerca do tema. Bernardelli (2004) escreveu acerca dos papéis urbanos e a produção de moradias em pequenas cidades da região de Catanduva (SP). A principal preocupação da autora foi a relação entre a produção de conjuntos habitacionais, principalmente em uma região canavieira, e a influência nos papéis desempenhados pelas pequenas cidades na rede urbana.

Oliveira (2006) fez um estudo sobre pequenas cidades na Região Amazônica brasileira. Ele definiu-as, entre outras considerações, pelas seguintes características: atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; baixa articulação com as cidades do entorno; predominância de atividades caracterizadas como rurais; e, por fim, pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos.

Pereira (2007) trabalhou as relações urbano-regionais no Norte de Minas Gerais, polarizada pelo núcleo urbano de Montes Claros, sendo que as pequenas cidades apresentaram como principais características “a pouca capacidade de oferecimento de serviços, mesmo os básicos (...); a baixa articulação com as cidades do entorno; as atividades econômicas quase nulas, com o predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos” (PEREIRA, 2007, p. 174).

Melo (2008) estudou as pequenas cidades que fazem parte da Microrregião de Catalão (GO) a partir de uma (re)construção das origens delas por meio da formação espacial como categoria de análise e, depois, das dinâmicas socioeconômicas e espaciais dessas pequenas cidades partindo do contexto goiano. Já Bacelar (2008) abordou três municípios com menos de dez mil habitantes (Estrela do Sul, Grupiara e

Cascalho Rico) no Triângulo mineiro/Alto Paranaíba, levando em consideração “aspectos sociais internos (emprego, saúde, lazer, cultura), econômicos (geração de renda e questões demográficas), ambientais, tributários e de administração pública” (BACELAR, 2008, p. 26).

Diante de todo o contexto apresentado, o entendimento acerca das pequenas cidades perpassa por abordagens quantitativas (os patamares mínimos e máximos de habitantes) e qualitativas (as relações e influências na rede urbana e a formação socioespacial das regiões). A abordagem quantitativa destaca apenas a questão demográfica, enquanto a qualitativa ocorre dentro de um contexto geral de influência e/ou dentro de elementos específicos, como saúde, educação, emprego, lazer, consumo de produtos básicos e/ou alto padrão, etc.

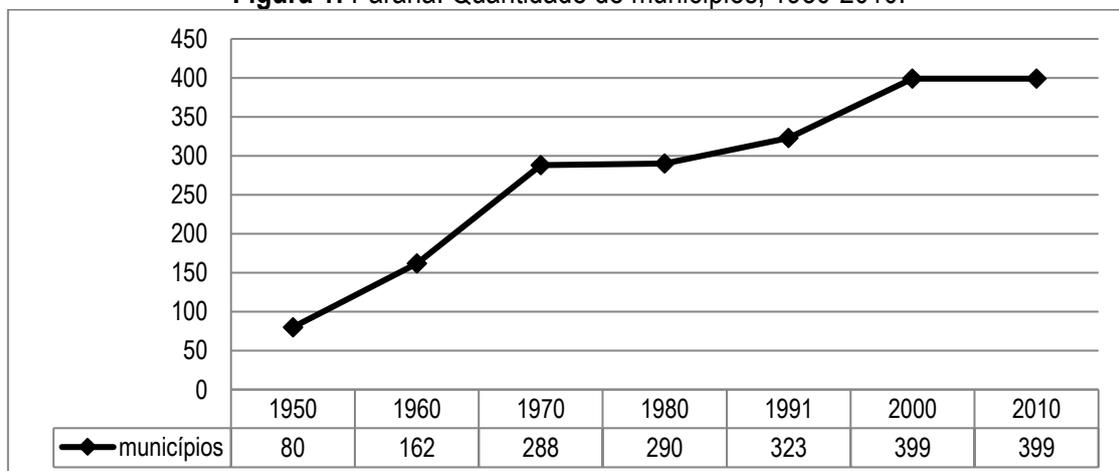
Apesar da grande dificuldade de teorizar o conceito dentro de um país como o Brasil, de características regionais diferentes, e partindo do todo o exposto anteriormente, uma definição que parece ser adequada quanto à temática é a que considera pequenas cidades como aquelas que apresentam área de influência apenas na sua municipalidade ou em uma área imediata ao seu entorno municipal, ou seja, sobre outra(s) pequena(s) cidade(s) que depende(m) dela, como exemplo, sendo a sede da comarca ou portadora de órgãos públicos.

Para entender a realidade urbana do Estado do Paraná, parte-se de duas abordagens: os aspectos demográficos e a leitura socioespacial a partir da rede urbana. Na sequência, as duas próximas partes destacam essas duas abordagens.

O urbano paranaense pelas pequenas cidades: aspectos demográficos

O Estado do Paraná possui, atualmente, 399 municípios, sendo que cada um deles é polarizado por uma cidade. A Figura 1 destaca a evolução da quantidade de municípios paranaenses – e de cidades –, entre 1950 e 2010.

Figura 1: Paraná. Quantidade de municípios, 1950-2010.



Fonte: IBGE (2010).

O maior aumento no número de municípios foi entre 1950 e 1960: 82 novos, ou crescimento de 103% no período, com consolidações municipais ocorrendo principalmente em 1951. Os dados de 1970 mostraram que houve uma freada na consolidação de novos municípios. Entretanto, o crescimento ainda foi significativo: 126 ou 78% no período, com desmembramentos ocorrendo principalmente em 1961. O terceiro e último grande *boom* foi de 1991 a 2000, quando surgiram 76 municípios. Os últimos municípios a conseguirem a emancipação foram em 1997. Neste novo século, ainda não houve nenhum novo município emancipado no Paraná. Um dos motivos é a existência de leis mais rígidas, como a Lei Complementar 56 de 18 de Fevereiro de 1991, que exige para o desmembramento, entre outros elementos, uma população mínima de cinco mil habitantes e um núcleo urbano com mais de cem casas (PARANA, 1991).

A Tabela 1 apresenta a quantidade de municípios paranaenses, a proporção deles e a proporção de população estadual, por estrato de população total, em 2010. As maiores quantidades de municípios aparecem nos primeiros estratos (zero a cinco mil; 5.001 a dez mil; e de 10.001 a vinte mil habitantes). Apenas 32 municípios paranaenses possuem mais de 50.001 habitantes.

Entre os municípios paranaenses, quase um quarto possuem no máximo cinco mil habitantes e pouco mais de metade deles possuem no máximo dez mil habitantes. É possível observar, também, que essa proporção passa de 78% quando considerados os municípios paranaenses com no máximo vinte mil habitantes. Todos esses municípios são polarizados por pequenas cidades. Portanto, a realidade urbana do Paraná é composta, no mínimo, por 78% de pequenas cidades.

Tabela 1: Paraná. Quantidade e proporção de municípios e proporção de população estadual, por estrato de população total, em 2010.

Estrato demográfico	Municípios	% Municípios	% População estadual
Menos de 5.001	98	24,6%	3,34%
De 5.001 a 10.000	105	26,3%	6,86%
De 10.001 a 20.000	109	27,3%	14,38%
De 20.001 a 50.000	55	13,8%	16,06%
De 50.001 a 100.000	14	3,5%	10,04%
De 100.001 a 500.000	16	4,0%	27,70%
Mais de 500.000	02	0,5%	21,62%
Total	399	100%	100%

Fonte: IBGE (2010).

Considerando como parâmetro a marca de cinquenta mil habitantes, a quantidade chega a 92% dos municípios paranaenses. Os municípios com até cem mil habitantes correspondem a 95,5% do total, ou seja, considerando o critério estabelecido pelo IBGE para a definição de pequena cidade, o Estado do Paraná teria quase 96% de suas cidades classificadas como pequenas.

A dinâmica populacional é inversamente proporcional à proporção de municípios por estrato demográfico. A população paranaense aumentou quase 400% entre 1950 e 2010, chegando a 10.444.526 habitantes, sendo que o maior crescimento ocorreu de 1950 a 1970 quando a população triplicou. Com os dados do último censo, em 2010, o Paraná obteve um crescimento de 9% da população total.

Até 1970, quase 70% da população do Estado do Paraná residiam em municípios polarizados por pequenas cidades. É fundamental ressaltar que, naquele momento, a maioria das pessoas morava nas áreas rurais. A partir de 1980 começou ocorrer um aumento de população em municípios com mais de cem mil habitantes, enquanto os municípios demograficamente pequenos perdiam população. Em 2010, quase 60% dos paranaenses moravam em cidades com mais de cinquenta mil habitantes. Enquanto menos de 10% das pessoas moravam em cidades com mais de meio milhão de habitantes em 1970, em 2010, pouco mais de um quinto moram nelas. Em 2010, os 50,9% de municípios com menos de dez mil habitantes abrigavam apenas 10,2% da população estadual.

Ao analisar os dados apenas de população urbana dos municípios, os dados sofrem significativas alterações: quase metade dos municípios paranaenses (49%) possuem no máximo cinco mil habitantes urbanos. Portanto, são municípios polarizados por pequenas cidades. Ampliando o patamar para vinte mil habitantes urbanos, a proporção de municípios salta para 84% da realidade paranaense.

A população urbana no Paraná cresceu 1.762% entre 1950 e 2010, saindo de quase 460 mil para mais de 8,5 milhões de habitantes urbanos. Em 2010, quase 82% dos paranaenses viviam em áreas urbanas. Diferentemente da população total, a esmagadora maioria (65,2%) da população urbana está localizada em municípios com mais de cinquenta mil habitantes urbanos mesmo eles representando apenas 7% do total de municípios paranaenses, enquanto os municípios com menos de cinquenta mil habitantes urbanos correspondem a menos de 35% da população urbana estadual ainda que somem 93% dos municípios.

Esses dados do Estado do Paraná dialogam com os dados brasileiros, ou seja, no Brasil, quase 30% da população brasileira – mais de 55 milhões de pessoas – se amontoam em apenas 0,7% dos municípios. Já os quase 90% dos municípios com até cinquenta mil habitantes são responsáveis por abrigar quase 34% da população brasileira, é preciso reconhecer que a maioria da população nacional e paranaense reside em uma cidade média ou em uma metrópole, porém deve-se, também, considerar a existência de uma parcela importante de pessoas que residem em espaços – os das pequenas cidades –, geralmente, negados pelas políticas públicas, pelos meios de comunicação e pela sociedade brasileira. A Tabela 2 apresenta os 25 municípios com menor população total e com menor população urbana no Estado do Paraná, em 2010.

Tabela 2: Paraná. Vinte e cinco municípios com menor população total e urbana, 2010.

Município	Pop. Total	Município	Pop. Urbana
<i>Jardim Olinda</i>	1.409	Marquinho	524
<i>Nova Aliança do Ivaí</i>	1.431	Manfrinópolis	652
<i>Santa Inês</i>	1.818	Antônio Olinto	687
<i>Miraselva</i>	1.862	Porto Barreiro	691
<i>Esperança Nova</i>	1.970	<i>Esperança Nova</i>	752
<i>São Manoel do Paraná</i>	2.098	<i>Ariranha do Ivaí</i>	904
<i>Guaporema</i>	2.219	Rio Branco do Ivaí	919
<i>Iguatu</i>	2.234	Doutor Ulysses	929
<i>Mirador</i>	2.327	Bom Jesus do Sul	933
<i>Santo Antônio do Paraíso</i>	2.408	<i>Boa Esperança do Iguaçu</i>	953
<i>Ariranha do Ivaí</i>	2.453	Mato Rico	957
<i>Uniflor</i>	2.466	<i>Jardim Olinda</i>	1.001
<i>São Pedro do Paraná</i>	2.491	Bela Vista da Caroba	1.041
<i>Porto Rico</i>	2.530	<i>Nova Aliança do Ivaí</i>	1.041
<i>Flórida</i>	2.543	<i>São Manoel do Paraná</i>	1.159
<i>Iracema do Oeste</i>	2.578	<i>Pinhal de São Bento</i>	1.166
<i>Pinhal de São Bento</i>	2.625	<i>Santa Inês</i>	1.192
<i>Cafeara</i>	2.695	<i>Guaporema</i>	1.281
<i>Barra do Jacaré</i>	2.727	Arapuã	1.334
<i>Santo Antônio do Caiuá</i>	2.727	Campina do Simão	1.388
<i>Boa Esperança do Iguaçu</i>	2.764	Sulina	1.390
<i>Paranapoema</i>	2.791	Diamante do Sul	1.405
<i>Pitangueiras</i>	2.814	<i>Miraselva</i>	1.430
<i>Novo Itacolomi</i>	2.827	<i>Iguatu</i>	1.438
<i>Rancho Alegre D'Oeste</i>	2.847	<i>Santa Mônica</i>	1.475

Nota: em itálico aqueles que aparecem nas duas listas.

Fonte: IBGE, 2010.

Todos esses municípios são polarizados por pequenas cidades com menos de três mil habitantes. É possível perceber os 11 municípios (44%) que aparecem nas duas perspectivas. O menor município demograficamente é Jardim Olinda, com 1.409 habitantes (IBGE, 2010). Junto com Nova Aliança do Ivaí (1.431), Santa Inês (1.818), Miraselva (1.862) e Esperança Nova (1.970), compõem os cinco municípios paranaenses com menos de dois mil habitantes. O município com menor quantidade de população urbana é Marquinho, com apenas 524 habitantes (IBGE, 2010) – outros dez municípios também possuem menos de mil habitantes urbanos. Na sequência, a redação volta-se a uma abordagem mais qualitativa acerca do urbano a partir das pequenas cidades: a influência e seu papel na rede urbana e a formação socioespacial como metodologia de análise para estudo.

A pequena cidade na rede urbana e a formação socioespacial

Os estudos direcionados as pequenas cidades precisam superar a comprovada expressividade numérica. A primeira abordagem qualitativa acerca das pequenas cidades é a análise delas a partir da formação socioespacial, como categoria de análise, sendo que o estudo sobre as formações econômicas e sociais “está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas funções, mas sempre um conhecimento específico, aprendido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 1977, p. 84).

A totalidade vai se referir ao modo de produção e às particularidades de como ocorre à acumulação (diferenças das relações de trabalho, tipos de empresa, propriedades rurais, etc.), que irá compor uma formação socioespacial diferenciada. Assim, “representa um esforço teórico visando explicar as especificidades com que um dado modo de produção concretamente se manifesta (...) em diversas formações econômico-social, suas variantes históricas e geográficas ou como variedades regionais (CORRÊA, 2000, p. 123).

Endlich (2006) utilizou essa metodologia para estudar as pequenas cidades do Noroeste do Paraná. De acordo com ela, nessa região, “a presença dessas pequenas cidades é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 23). Essa atividade impulsionou a vinda intensa de pequenos produtores e trabalhadores rurais, sobretudo de São Paulo e de Minas Gerais, para essas áreas.

Com o declínio da atividade agrícola, principal fonte de renda dos municípios e, por conseguinte, das cidades, houve um declínio populacional, especialmente na área rural. Esse declínio foi além do demográfico, segundo Endlich (2006, p. 24), “foi esvaziando, também, os numerosos e pequenos núcleos urbanos sob o aspecto funcional, promovendo uma outra mobilidade oriunda das pequenas cidades estagnadas em direção, sobretudo, aos centros maiores”. Esses ciclos modificaram o espaço regional e a estrutura urbana dessas localidades. Muitas pessoas permaneceram na cidade, contudo com a necessidade de emprego, moradia, serviços em gerais, entre outras necessidades. Todavia, grande parte das pequenas cidades apresenta grandes problemas na oferta de serviços, como saúde, educação, segurança, infraestrutura urbana, entre outros serviços.

Melo (2008) também utilizou a formação socioespacial para estudar as pequenas cidades a microrregião de Catalão (GO). Segundo ela, “o povoamento e a formação de núcleos urbanos no sudeste goiano seguiu, no transcorrer do século XIX, mais ou menos, o percurso do gado”. Assim, “foram, aos poucos, surgindo povoados pela extensa área. Alguns desses evoluíram para a condição de arraial, vila, distrito, cidade e município” (MELO, 2008, p. 57-58). Assim como ocorreu no Paraná, com a modernização

agrícola, as dinâmicas econômicas dos municípios goianos sofreram transformações. Logo, as cidades passaram a buscar novos papéis e formas de sobreviver na rede urbana, seja por papéis centrais ou não-centrais. No caso de Goiás, a autora apresenta que a industrialização, a agroindústria e o turismo acabaram sendo formas das pequenas cidades não perderem população e se manterem com certo grau de centralidade. Evidentemente, não foram suficientes, mas suavizaram a perda de população e de centralidade.

A segunda abordagem qualitativa acerca das pequenas cidades é a análise delas a partir do Regic (IBGE, 2007). Ele é um estudo do IBGE acerca da rede urbana brasileira que trabalha com a hierarquia dos centros e a delimitação das áreas de influências das cidades, tanto no geral como em elementos específicos, como educação, saúde, lazer, entre outras possibilidades. (IBGE, 2007).

A metodologia utilizada pelo IBGE (2007) para o estudo do Regic privilegiou a função de gestão do território e as informações e registros administrativos, tanto de órgãos estatais, quanto de empresas privadas. O centro de gestão do território se vinculada, de um lado, aos diversos órgãos do Estado e, de outro, às sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente o espaço, que passa a ficar sobre o controle da cidade por meio das empresas sediadas (CORRÊA, 1995).

Assim, foi possível avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica nas cidades. São alguns exemplos dos dados levantados: atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, Internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Posteriormente, foram investigadas ligações entre cidades – compreender a rede urbana – por meio de uma pesquisa direta, levantando informações sobre uma ampla gama de relacionamentos. Logo, como resultado, chegou-se a casos de atuação restrita ao próprio território, exercendo funções centrais apenas para a população local. Inversamente, há cidades cuja centralidade foi identificada a partir do efeito polarizador que exercem sobre outras. (IBGE, 2007).

Partindo disso, as cidades foram divididas em cinco níveis, por sua vez, subdivididos em dois ou três subníveis: metrópoles, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local. O que interessa dentro dessa discussão de pequenas cidades são os dois últimos níveis.

O centro de zona é “o nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares” (IBGE, 2007, p. 11). Ele é dividido em “centro de zona A” e “centro de zona B”. O primeiro diz respeito 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos, sendo que apenas 16 delas não são classificadas como centros de gestão. A segunda corresponde a 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação.

Já o centro local “corresponde a 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes” (IBGE, 2007, p. 12). Elas têm população predominantemente inferior a dez mil habitantes. Aqueles habitantes com maior poder aquisitivo acabam consumindo produtos e serviços especializados em centros maiores, enquanto que os demais, com menor poder aquisitivo, consomem aqueles disponíveis na municipalidade.

Segundo o Regic, existiam no Brasil doze redes de primeiro nível, entre elas a rede de Curitiba que abrange os Estados do Paraná e de Santa Catarina (compartilhando a área de Florianópolis – capital do Estado – com a rede de Porto Alegre). A Tabela 3 apresenta a quantidade e a proporção de cidades presentes na Rede Urbana de Curitiba, em cada nível de hierarquização, considerando apenas o Estado do Paraná.

Tabela 3. Paraná. Quantidade de cidades, por hierarquia, 2007.

Hierarquia	Quantidade de cidades	Proporção de cidades
Metrópole	01	0,25%
Capital Regional A	-	-
Capital Regional B	03	0,75%
Capital Regional C	01	0,25%
Centro Sub-regional A	10	2,51%
Centro Sub-regional B	04	1,00%
Centro de Zona A	15	3,76%
Centro de Zona B	23	5,76%
Centro Local	342	85,71%
Total	399	100,0%

Fonte: IBGE, 2007.

É fundamental tecer algumas reflexões acerca dos dados anteriores. Primeiro, deve-se reconhecer que todos os 342 centros locais – 85,71% das cidades paranaenses – são reconhecidos como pequenas cidades. Segundo, a afirmação anterior não vale para todos os 38 centros de zona, ou seja, cada um deles deve ser analisado individualmente, com maior detalhamento, para poder considerar ou não sua condição de pequena cidade. Evidentemente, este artigo não tem a pretensão de analisar todos os casos. Porém, apresentam-se algumas reflexões indispensáveis para ilustrar a problemática.

Nos centros classificados como centro de zona A, existem núcleos urbanos que podem ser classificados como cidades de porte médio por desempenharem um importante papel de centralizadoras, como Arapongas e Cornélio Procopio, e, cidades que, apesar de ter certo grau de centralidade, são consideradas cidades pequenas, como Jandaia do Sul e Loanda. Já nos centros classificados como centro de zona B, a grande maioria dos núcleos urbanos é considerada cidades pequenas, mesmo exercendo um papel regional. Entretanto, existem cidades que dependendo do viés que se aborda, ou seja, qual elemento se

propõe a analisar empiricamente, podem ser consideradas de médio porte, como Prudentópolis e São Mateus do Sul.

Um terceiro ponto corresponde a um caso do centro sub-regional B: Ivaiporã, de quase 32 mil habitantes, é classificado no mesmo patamar que Cianorte, de 70 mil habitantes na municipalidade. Além disso, a sua centralidade é muito maior que a centralidade de algumas cidades do nível de centro de zona, como Arapongas, de 104 mil habitantes, Telêmaco Borba, de 70 mil, e Palmas, de 42 mil. Ela é inclusive menor que cidades do centro de zona B, como Prudentópolis, de quase 50 mil habitantes.

Ivaiporã polariza uma considerável região no Centro do Estado do Paraná, inclusive sendo sede de uma microrregião composta, além da sede, por 14 municípios que dependem, em alguns serviços, de Ivaiporã. A Figura 2 apresenta a localização de Ivaiporã dentro da Microrregião de Ivaiporã. Já de acordo com o IBGE (2007), a região de influência de Ivaiporã é composta por 11 municípios: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Cândido de Abreu, Grandes Rios, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Godoy Moreira e São João do Ivaí. A Figura 3 apresenta a região de influência de Londrina, sendo possível visualizar a considerável área de centralidade que Ivaiporã desempenha na rede urbana.

Figura 2: Microrregião de Ivaiporã. Ivaiporã (PR).



Fonte: Adaptado de Fernandes (2012).

exercendo funções de gestão elementares ou possuem centralidade e atuação que não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes. Logo, os habitantes com maior poder aquisitivo acabam consumindo produtos e serviços especializados em centros maiores, enquanto que os demais moradores, com menor poder aquisitivo, consomem apenas os produtos e serviços que estão disponíveis na municipalidade.

Acerca da formação socioespacial, é possível perceber que as formações econômicas e sociais estão na possibilidade que eles oferecem para compreender uma sociedade na sua totalidade e nas suas funções em um dado momento de sua evolução. Existem, nesse sentido e como apresentado, estudos sobre cidades baianas, goianas e paranaenses.

Portanto, para entender e discutir teórica e metodologicamente das pequenas cidades é preciso transitar por abordagens e questões quantitativas (os patamares mínimos e máximos de habitantes) e a qualitativas (as relações e influências na rede urbana e a formação socioespacial das regiões). No caso do Estado do Paraná, um dos exemplos mais interessantes é do município de Ivaiporã que, demograficamente, possui menos de 35 mil habitantes, porém, sua inserção na rede urbana demonstra uma área de influência em mais de dez municípios.

Certamente, novos elementos e perspectivas precisam emergir, sendo este artigo uma leitura e interpretação do urbano paranaense a partir de alguns critérios estabelecidos. Existe, então, uma tentativa de realçar o tema das pequenas cidades e fomentar novas pesquisas no campo sobre elas. É preciso conhecer a realidade desses centros locais, os seus principais problemas, as suas particularidades, as relações e os papéis na rede urbana, entre outros fatores, para poder avançar acerca da conceituação da temática e na teorização do urbano brasileiro – e paranaense – em totalidade. Além do urbano, é reconhecer uma parcela significativa de pessoas que residem nos espaços marcados por pequenas cidades.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008;

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias.** Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004;

CORRÊA, Roberto Lobato. A urbanização nas áreas de cerrado: algumas considerações. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n.13/14, p. 147-150, 1995;

_____. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, Ano IV, nº 6, p. 43-53, jan./jun., 1999;

_____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359;

_____. Rede urbana e formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: **Território**. Rio de Janeiro, v. 5, nº 8, p. 121-129, junho, 2000;

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006;

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná**. 2012. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2012;

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do Oeste Paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista**. 1990. 282 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: < <http://ww2.ibge.gov.br/censo/> > acesso em: 22 ago. de 2017;

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>> acesso em: 22 ago. de 2017;

_____. **Região de Influência das Cidades (Regic, 2007)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007;

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008;

MENDES, Marcos, MIRANDA; Rogério Boureri; COSIO, Fernando Blanco. Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnósticos e proposta de reforma. In: **Textos para discussão**. Consultoria Legislativa do Senado Federal, nº 40, 2008;

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, jul-dez, 2006;

OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. In: **Ciência e Cultura**, Campinas: SBPC, v. 58, n. 3, p. 27-29, jul./set. 2006;

PARANÁ, Casa Civil. **Lei Complementar 56** de 18/02/1991, 1991. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8378&indice=1&totalRegistros=47>> acesso em 10 nov. de 2017;

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2007;

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982;

_____. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979;

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, 1977, p. 81- 99;

SANTOS, Wilson dos. **Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico: o exemplo da região de Campinas-SP**. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989;

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86.